



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: CIDADES B1
Data: 07/09/2012

Bombeiros vão até as escolas fazer inspeção

Segurança contra incêndios nas escolas públicas e particulares de Aracaju foi tema de uma audiência no Ministério Público Estadual (MPE) na tarde de ontem. A iniciativa, de acordo com o promotor de Justiça dos Direitos e Defesa da Educação, Cláudio Roberto Alfredo de Souza, foi em caráter preventivo. Ou seja, não houve incêndios nem princípios de incêndio que viessem motivar a interferência do MPE nas devidas providências que deverão ser tomadas. Pelo menos que chegasse ao conhecimento do MPE.

“O MPE, na pessoa do promotor de Justiça Fausto Valois, requereu ao Corpo de Bombeiros (CB) que fizesse inspeções nas escolas, tanto particulares, quanto públicas. E o CB procedeu a inspeção e disse o que era preciso fazer em cada escola no sentido de estabelecer cumprimento de normas de combate a incêndio, como colocação ou troca de extintores e coisas do gênero”, declarou Cláudio Roberto. Segundo ele, cada relatório do Corpo de Bombeiros foi enviado ao MPE, que acabou abrindo 120 procedimentos contra escolas particulares. E mais dois procedimentos, sendo um contra a Secretaria de Estado da Educação (Seed) e outro contra a Secretaria Municipal da Educação (Semed) para tratar das escolas públicas estaduais e municipais.

“Essas audiências que estamos realizando são basicamente o seguinte: passar para os responsáveis das escolas particulares, primeiro, e já temos audiências marcadas com a Seed e Semed, para explicar o porquê dessas inspeções e as possibilidades de resoluções das medidas judiciais. Mas, antes disso, o MPE está celebrando Termos de Ajustes de Conduta (TAC) para que as escolas dentro dos prazos acordados cumpram as normas de combate a incêndio”, explicou o promotor, ao acrescentar que, se os estabelecimentos de ensino não se adequarem às normas, o MPE vai ingressar medidas judiciais.

Nas inspeções do Corpo de Bombeiros foram detectados alguns problemas de engenharia, colocação de extintores de incêndio, instalação de iluminação para saída de emergência, entre outras. “Cada relatório foi feito de acordo com o que foi encontrado em cada escola. Foi mais uma atuação preventiva mesmo do MPE. Não teve nenhum caso específico de incêndio em escola que chegou para a gente ainda”, reforçou o promotor de Justiça. As escolas profissionais, de acordo com a informação do promotor de Justiça, têm que ter autorização do órgão público para funcionar, assim como do Corpo de Bombeiros.